



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

DECISÃO

Processo nº 2023026707

PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS

Decisão N.: PL/RS- 540/2023

Sessão: Plenária Ordinária n.º 1.846

Data: 10 de novembro de 2023.

Interessado: Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário - CAPR

Ementa: Conhece o recurso do autuado para, no mérito, **negar-lhe** provimento.

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS, apreciando o processo em epígrafe que trata de recurso interposto ao Plenário pelo interessado, autuado mediante Auto de Infração por PRATICAR ATOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAL HABILITADO, ENGENHEIRO MECÂNICO, AO ATUAR EM MANUTENÇÃO E REPARO DE COMPRESSORES E SECADORES, BEM COMO INSTALAÇÃO DE REDE DE AR COMPRIMIDO, EM INFRINGÊNCIA AO ART. 59 DA LEI FEDERAL 5194/66, UMA VEZ QUE, AS PESSOAS JURÍDICAS, SOMENTE PODEM INICIAR SUAS ATIVIDADES NO CAMPO DA ENGENHARIA MECÂNICA APÓS O RESPECTIVO REGISTRO NO CREA - RS, segundo os termos descritos pelo serviço de fiscalização do Conselho e, **considerando** que o supracitado processo foi objeto de análise pela **Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário (CAPR)**, organismo instituído pela Decisão n. PL/RS-196/2012, de 9 de novembro de 2012, em sua 5ª Reunião do ano de 2023, transcorrida no dia 9 de novembro de 2023, às 14h por videoconferência, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, **DECIDIU**, por unanimidade, aprovar o relatório e voto fundamentado proferido pelo Conselheiro relator, **EDGAR BORTOLINI**, nos seguintes termos: Considerando o art. 59 “caput”, da Lei nº 5.194/66, no qual dispõe que: Considerando o art. 59 “caput”, da Lei nº 5.194/66, no qual dispõe que: “As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.” Considerando que a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, ao definir a obrigatoriedade de registro das pessoas jurídicas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em seu art. 1º estabelece: “O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.” Considerando o inciso III do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, que dispõe sobre o exercício de atividades de pessoas jurídicas com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, o qual estabelece que sem registro no Crea, estarão infringindo o art. 59, com multa prevista na alínea “c” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. Considerando que a autuação atende ao disposto no art. 11 da Resolução do Confea nº 1008, de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de Infração e aplicação de penalidades. Considerando a defesa apresentada pela empresa autuada a qual sustenta “A empresa notificada, ora recorrente, tomou ciência da decisão que julgou improcedente a defesa administrativa do processo em epígrafe, no dia 21/06/2023, através do correio postal. Assim,

considerando que a recorrente possui o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso administrativo, o prazo final para protocolo finda em 20/03/2023. Logo, demonstra-se a plena tempestividade do presente recurso administrativo. A empresa recorrente foi notificada por esse r. Conselho, em razão da ausência do competente registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, bem como pela ausência de responsável técnico habilitado junto ao referido conselho, nos termos do Auto de Infração, acima referido. (...) Ato contínuo, a empresa recorrente apresentou defesa administrativa, alegando, em síntese, que não exerce função que exige o prévio registro neste órgão, razão pela qual pleiteou o afastamento da aplicação da multa pecuniária arbitrada, assim como, o afastamento da exigência de prévio registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul. Em análise ao disposto na Lei Federal nº 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, assim como na Lei Federal nº 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, verifica-se que as atividades exercidas pela empresa recorrente, não tem qualquer relação com as atividades inerentes à profissão de engenharia, não se justificando a exigência de registro da empresa e de responsabilidade técnica perante este conselho. Compulsando o contrato social da empresa recorrente, já anexado ao feito, verifica-se que o objetivo social da sociedade é o seguinte: a) Aluguel de máquinas, equipamentos comerciais e industriais; b) Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração para uso industrial e comercial; c) Manutenção e reparação de compressores; d) Instalação e manutenção de sistemas de ar, ventilação e refrigeração; e) Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças; f) Comércio varejista de material hidráulico; g) Comércio varejista de material elétrico; h) Comércio varejista de ferragens e ferramentas. (...) DIANTE DO EXPOSTO, requer seja provido o presente recurso administrativo, para afastar a aplicação da multa pecuniária arbitrada à recorrente, assim como, afastar a exigência de prévio registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da fundamentação acima lançada, com a consequente baixa e arquivamento do feito administrativo."

Voto: Da análise do presente processo não se constatam elementos capazes para desconstituir o Auto de Infração, haja vista que a autuada possui objetivo social voltado à área de fiscalização do Crea e exerceu atividades abrangidas por esta, sem, no entanto possuir registro, contrariando o que dispõe o art. 59, "caput", da Lei nº 5.194, de 1966, antes citada. Sendo o Auto de Infração procedente, mantenha-se a multa, cujo valor está previsto no art. 73, alínea "c", da Lei nº 5.194/66. O(a) Autuado(a) deverá providenciar a regularização do ilícito junto a este Conselho, através do registro. **Presidiu a Sessão o Engenheiro Civil JOÃO LUIS DE OLIVEIRA COLLARES MACHADO, Presidente em Exercício do CREA-RS. Presentes os conselheiros** Adelir José Strieder, Alberto Stochero, Alexandre Zillmer, André Santana Stolaruck, Angélica de Oliveira Henriques, Artur Pereira Barreto, Carlos Renato Barbosa da Silva, Carlos Roberto Santos da Silveira, Cláudia Diehl, Claudio Akila Otani, Cristiano Vitorino da Silva, Cynthia Viera Bonatto, Donário Rodrigues Braga Neto, Dorli Pereira da Silva, Eduardo de Brito Souto, Emilio Luis Silva dos Santos, Fabiano Dornelles Ramos, Fernanda Pacheco, Hilário Pires, Hilário Thevenet Filho, Itauana Giongo Remonti, José Luiz Garcias, Jose Luiz Tragnago, José Ubirajara Martins Flores, Juarez Morbini Lopes, Leonardo Gonçalves Cera, Lia Maria Herzer Quintana, Luiz Antonio Bragança da Cunda, Marcelo Suarez Saldanha, Marcelo Zunino, Marco Antonio Lhullier Moreira, Marcos Wetzel da Rosa, Matheus Stapassoli Piato, Otto Willy Knorr, Plinio Luiz Cerutti Júnior, Roberto Carlos Beal, Rogério Peracchia Machado, Roselaine Cristina Mignoni, Sandro Donato Pavanatto Cerentini, Vitor Paulo Campos dos Santos, Vulmar Silveira Leite, Adão Roberto Rodrigues Villaverde, Adriano Agnoletto de Oliveira, Adriano Locatelli da Rosa, Aldo Juliano Zamberlan Maraschin, André Kraemer Souto, Antonio Alcindo Medeiros Piekala, Antonio Sergio do Amaral, Ari Henrique Uriartt, Caroline Daiana Raduns, Cassiano Machado da Silva, Cibele Rosa Gracioli, , Derli João Siqueira da Silva, Diogo Adriano Barboza, Edgar Bortolini, Eduardo Noll, Fernando Luis Carvalho da Silva, Fernando Machado Pfeifer, Fernando Martins Limongi, Flavio Thier, Guilherme Pantaleão da Silva Priebe, Gustavo Reisdorfer, Helécio Dutra de Almeida, Ivo Germano Hoffmann, Jerson José Spohr, Jorge Alberto de Souza Cunha, José Ângelo Moren dos Santos, Kleber Trindade Rigon, Lauro Mario, Leandro Franco Taborda, Leandro Nunes de Souza, Liana Sarturi de Freitas, , Luciano Roberto Grando, Luís Ferrari Borba, Luiz Antonio Ratkiewicz, Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, Luiz Fernando Gerhard, Luiz Geraldo Cervi, Márcia Eidt, Marino Jose Greco, Orlando Pedro Michelli, Rafael Sobroza Becker, Regis Sivori Silva dos Santos, Ricardo Giacomello Cobalchini, Ricardo Teobaldo Antoniazzi, Robert da Silva Trindade, Roque Rutili, Thiago Dias Ribeiro e Vinicius Leonidas Curcio. **Abstiveram-se de votar os conselheiros** Ronaldo Hoffmann e Nelson Agostinho Burille.

Registre-se. Cumpra-se. Divulga-se.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ PEREIRA VELHO, Apoio Administrativo**, em 14/11/2023, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA REGINA LOPES, Chefe de Núcleo**, em 14/11/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DA SILVEIRA SOARES, Gerente**, em 14/11/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO LUIS DE OLIVEIRA COLLARES MACHADO, Presidente em Exercício**, em 14/11/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **1928990** e o código CRC **77F86EAC**.